

Os impactos da crise de 2008 na estrutura da segurança internacional

Gunther Rudzit¹

Resumo

O artigo tem como ponto de partida a visão teórica da escola de Copenhagen de estudos de segurança sobre a estrutura de segurança do Sistema Internacional ser formada por superpotências e grandes potências. Esta estrutura foi dominada pelo ocidente durante a década de 1990, e, com a crise de 2008, levantou-se a possibilidade de mudança na mesma, o que não se pode confirmar até agora.

Palavras-chave: Segurança Internacional. Escola de Copenhagen. Estados Unidos. Crise 2008. Orçamento militar.

Introdução

Uma das maiores referências teóricas em segurança internacional que se estabeleceu no pós Guerra Fria foi Barry Buzan (1981)² e sua parceria com Ole Waever (2003) como expoentes da chamada Escola de Copenhagen, na qual a lógica Construtivista se opõe ao Realismo e Neo-realismo, por darem ênfase aos aspectos sociais da Segurança. Neste último trabalho, os dois desenvolveram a Teoria dos Complexos Regionais de Segurança (TCRS): com o fim da Guerra Fria as lógicas de securitização³ nas regiões, o que os autores chamam de

¹ Doutor em Ciência Política pela USP, Mestre em National Security por Georgetown University, Mestre em Geografia Política e Bacharel em Geografia pela USP. Atualmente é professor e coordenador do curso de Relações Internacionais das Faculdades Rio Branco. E-mail: grudzit@yahoo.com

² Tal concepção começou a ser desenvolvida na década de 1980, estendendo-se até hoje com o lançamento da quarta edição de seu livro seminal.

³ Securitização é o termo desenvolvido por Buzan, Waever e Wilde (1998, p. 22-33) em uma abordagem que, opondo-se à visão clássica em Estudos Estratégicos que se baseia em capacidades militares disponíveis, procura examinar como certo tema é transformado em matéria de segurança nacional por um ator político. Ou seja, tem como base o processo político que leva um assunto à versão mais extrema da politização, ensejando medidas extraordinárias.

regionalismo, se tornaram mais preponderantes do que a lógica de securitização sistêmica. Contudo, isto não significa que a estrutura de segurança do Sistema Internacional, ou seja, aqueles atores que têm a capacidade de influenciar no processo de securitização em escala global, tenha perdido força ou importância. Muito pelo contrário, essa lógica permanece e continua importante na definição da agenda global de segurança, mas ocorre que as lógicas regionais ganharam maior autonomia ante a lógica que as duas superpotências conseguiram impor aos atores regionais.

Seguindo esse princípio, os autores buscaram diferenciar o que seria então superpotências, grandes potências e potências regionais a fim de conseguir determinar quais seriam aquelas que comporiam a estrutura do sistema internacional daqueles que seriam somente atores regionais. Esta definição era muito simples na Guerra Fria, uma vez que eram facilmente identificáveis os Estados Unidos e a União Soviética como as duas únicas superpotências; e Reino Unido, França e República Popular da China (RPC) como grandes potências, situação descrita como "2+3". Já com o fim da bipolaridade, esta configuração ficou mais difícil de ser determinada, uma vez que muitos desses passaram a ter sua atuação internacional condicionada mais fortemente pela dinâmica das suas políticas internas.

Para facilitar esta diferenciação Buzan e Waeber (2003) partem para as seguintes classificações: superpotência, aqueles que têm em amplo espectro de capacidades através de todo o sistema internacional, com capacidade militar-política de primeira classe e economia capaz de sustentar, sendo capaz de exercitá-las em escala global. Além disso, precisam se ver e serem aceitas pelos outros em termos retóricos e de comportamento como tal. Por fim, terem participação ativa nos processos de securitização e desecuritização em todas, ou quase todas, as regiões, como ameaças, garantidores, aliados ou interventores. Já as grandes potências para os autores são aquelas que não necessariamente têm grande capacidade em todos os setores que as superpotências têm, e não precisam ser ativos nos processos de securitização ou desecuritização de todas as regiões do sistema internacional. Mas um fator é fundamental, que elas sejam percebidas pelos outros atores como tal nos seus cálculos de distribuição de poder no nível sistêmico na atualidade ou no futuro próximo. Por fim, as potências regionais são aquelas que as suas capacidades são grandes em suas regiões, não sendo levadas muito em consideração no cálculo do nível sistêmico, mas são percebidas pelas grandes potências como importantes nos processos de securitizações em uma determinada região.

Assim, para Buzan e Waever (2003), a estrutura do Sistema Internacional no início da década de 2000 era "1+4", ou seja, os Estados Unidos continuavam a ser a única superpotência restante, e as grandes potências eram Rússia, República Popular da China, Japão e União Europeia (que em termos de segurança tende a agir como bloco). Esta realidade pôde ser percebida durante a década de 1990, quando houve o "descongelamento" do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) e várias operações de paz foram autorizadas, tanto do ponto de vista do capítulo VI quanto do VII da Carta das Nações Unidas. Contudo, nem todos os conflitos mereceram a atenção do CSNU, sendo o caso do genocídio que ocorreu em Ruanda em 1994, quando aproximadamente 900 mil pessoas foram mortas em cem dias (UNITED NATIONS, 1998), tornando-se símbolo da inação seletiva do Conselho. Esta realidade se deu justamente pelo fato de que tanto a superpotência restante, os Estados Unidos, quanto seus aliados europeus, não se dispuseram a enviar tropas para conter esta mortandade.

Este fato é a concretização de que, sem o envolvimento dos Estados Unidos, dificilmente há a possibilidade de se conseguir implementar qualquer operação de paz efetiva, principalmente se esta for sob o capítulo VII. Isto se deve ao fato de que este país é o único que continuou a ter a capacidade de rápida intervenção e logística suficiente para manter uma operação em larga escala, em qualquer ponto do mundo, e, mais importante, simultaneamente a outras. Há ainda o aspecto de utilização desta estrutura para missões de socorro a desastres naturais, como já ficou claro no tsunami da Indonésia em 2004, no terremoto do Haiti em 2010, terremoto e tsunami no Japão em 2011 e no tufão Haiyan nas Filipinas em 2013, quando a marinha americana, fundamentalmente com seus porta-aviões, foram os primeiros a conseguir chegar aos locais afetados e a começar a organizar as operações de resgate e distribuição de ajuda. Consequentemente, também ficou claro que, gostando ou não, são estas forças que passaram a ser o fator de estabilidade em várias regiões, mas que, muitas vezes, têm agido sem consentimento multilateral, defendendo seus interesses pura e simplesmente.

Assim, passou-se a especular que a crise econômica de 2008 poderia ter trazido profundos impactos para a Segurança Internacional, especialmente pelo fato de que os principais atores deste campo foram os que mais sofreram os seus efeitos econômicos, e, consequentemente, que poderiam afetar sua capacidade de ação militar. Dois anos depois do estouro da crise, Michael Mandelbaum (2010) afirmava que, devido ao rápido aumento da dívida do governo americano, este não poderia continuar com os mesmos níveis de gastos militares e de política

externa e ainda manter os pagamentos obrigatórios de previdência (*Social Security*), fazendo com que Washington tivesse que escolher em quais regiões do mundo não teria mais presença militar significativa.

Tendo em vista que os países europeus já vinham diminuindo a estrutura que lhes dava envergadura para operar militarmente, de forma isolada, em escala global, o foco deste artigo será em relação aos impactos que esta nova realidade econômica pode ter trazido para a capacidade militar americana, e, por conseguinte, seus reflexos na estrutura de segurança do Sistema Internacional, segundo Buzan e Waever. Mas, para se poder analisar se isto está realmente ocorrendo, antes se faz necessário entender a conjuntura da década de 1990, que levou ao unilateralismo dos anos 2000, e como este teve profundo impacto para a realidade de hoje e sua instabilidade.

O auge da capacidade militar ocidental

O fim da Guerra Fria e a superioridade militar ocidental, fundamentalmente americana, ficou patente na guerra para a libertação do Kuwait em 1991. Após três meses de bombardeios aéreos nos quais nenhum avião estadunidense foi abatido, com os vídeos em tons esverdeados de bombas atingindo os alvos com precisão nunca vista antes pelo grande público, foi seguido por uma guerra terrestre que durou cem horas. Hoje, pode parecer algo corriqueiro, mas, na época, foi um grande choque, uma vez que o exército iraquiano era considerado o quarto maior do mundo, com equipamento de somente uma geração defasada, e a melhor defesa antiaérea que a receita do petróleo poderia adquirir de vários fornecedores, inclusive ocidentais (KNIGHTS, 2005). Portanto, a vitória militar nesta guerra não foi contra forças armadas mal preparadas.

Logo após o fim desta guerra, o governo George Bush começou uma transformação da estrutura militar americana que continuou por todo o período do governo Clinton. A administração Bush pai deu início à redução do arsenal nuclear estratégico e a busca de uma redefinição de um "portfólio de capacidades" convencionais que se adequassem a possíveis mudanças no espectro de uso da força no futuro. No início da era Clinton, o Secretário de Defesa Les Aspin adotou uma evolução desta postura criando o conceito de *two major regional contingency* (MRC – duas grandes contingências regionais) como modelo para o

tamanho das forças armadas americanas, dando origem à *Two-MRC-strategy* e sua sucessora *two major theater war strategy* (MTW) (TANGREDI, 2002).

Estas mudanças começaram a ser colocadas em ação em 1995, ano que foi marcado por duas ações militares americanas, uma de caráter defensivo e outra ofensivo. A primeira teve início em julho e se estendeu até março do ano seguinte e ficou conhecida como a Terceira Crise do Estreito de Taiwan, com origem no pedido de visto aceito do presidente taiwanês Lee Teng-hui para realizar uma palestra na universidade americana de Cornell. A reação do Partido Comunista da China (PCC) foi que este seria o primeiro ato de reconhecimento da independência da ilha que considera uma província rebelde, anunciando exercícios com mísseis e desembarque de tropas em escala há muito tempo não realizada. A resposta do governo Clinton foi o envio de dois grupos de ataque baseados em porta-aviões que cruzariam o estreito na mesma época. A fim de evitar um possível incidente envolvendo munição real, o governo chinês terminou o exercício militar antes que os navios americanos entrassem na região do estreito, e os americanos, diante disto, não o atravessaram. Este foi o momento mais baixo das relações diplomáticas estabelecidas entre os dois países em 1971. Tanto que, após esta crise, Xiong Guangkai, oficial do Exército de Libertação do Povo disse a um correspondente americano que em um conflito em Taiwan os americanos deveriam ficar mais preocupados com Los Angeles do que Taipei (KHAN, 2005), o que é considerada a maior ameaça chinesa contra os Estados Unidos.

Enquanto a crise se desenrolava no extremo leste da Ásia, a Europa entrou em evidência com uma ação militar ofensiva. Em setembro de 1995, houve a operação *Deliberate Force*, uma intervenção aérea na Guerra da Iugoslávia, quando caças, fundamentalmente americanos, bombardearam as forças sérvias, o que propiciou o Acordo de Paz de Dayton. Posteriormente, na mesma região, houve a tentativa de independência da província de Kosovo da Sérvia, levando a uma intervenção da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) no final de 1998 e início de 1999, na operação *Allied Force*. Nesta ação, ficou claro para os europeus que, sem a infraestrutura de localização e aquisição de alvos por parte das forças armadas americanas, principalmente de seus satélites e rede de posicionamento global (GPS), as forças europeias teriam muita dificuldade em conseguir realizar tal intervenção em pleno continente europeu (GALLIS, 1999).

Outras intervenções americanas na década de 1990 destacaram a capacidade de alcance global que suas forças continuaram a desenvolver. Em sete de agosto de 1998, as embaixadas americanas no Quênia e na Tanzânia foram alvo de ataques terroristas por parte da *Al Qaeda* de Osama Bin Laden, levando a administração do presidente Bill Clinton autorizar a operação *Infinite Reach* no dia vinte do mesmo mês. Foram lançados seis mísseis de cruzeiro *Tomahawk* disparados por um navio no Mar Vermelho, e setenta mísseis do mesmo tipo contra bases da *Al Qaeda* no Afeganistão de um submarino no Oceano Índico (PHINNEY, 2007). O objetivo desta operação foi mostrar que qualquer ação contra interesses americanos seriam respondidas rapidamente e em qualquer lugar do mundo.

Ao longo de todo o governo Clinton, vários ataques aéreos contra o Iraque foram executados. Ao fim da guerra de 1991, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) impôs a Resolução 668, que previa uma zona de exclusão aérea sobre o norte e o sul do Iraque para proteger, respectivamente, curdos e xiitas de ataques da força aérea de Saddam Hussein. Assim, em junho de 1993, em outubro de 1994 e em setembro de 1996, grandes operações aéreas foram desferidas contra alvos militares iraquianos. Portanto, pode-se perceber que as ações militares americanas, algumas vezes com ajuda de aliados, foram uma constante durante a década de 1990, e a maior parte, sem autorização do CSNU.

Após os atentados terroristas de 2001, a administração George W. Bush também utilizou a força. A reação americana começou pelo Afeganistão, cuja invasão foi entendida como um ato de segurança coletiva previsto no artigo 51 da Carta das Nações Unidas, mesmo que tenha sido perpetrado por um grupo não estatal, expressa na Resolução 1368, de 12 de setembro de 2001. Desta forma, em sete de outubro os ataques aéreos começaram, e, em coordenação com forças especiais e da *Central Intelligence Agency* (CIA), conseguiram desarticular as tropas do Talibã que controlavam o país, terminando com o cerco a Osama Bin Laden na região de Tora Bora, fronteira com o Paquistão, em dezembro do mesmo ano. Em 20 de dezembro, o CSNU aprovou a Resolução 1386 criando a Força de Assistência para Segurança (ISAF em inglês), dando a legitimidade para o envio das tropas da OTAN para a reconstrução do país e que lá permaneceram até dezembro de 2014.

No final desta guerra, a administração W. Bush coloca em prática sua nova doutrina de segurança nacional. O princípio central desta nova diretriz americana era baseado na

argumentação de que, frente à realidade do terrorismo internacional e da proliferação de armas de destruição em massa, não seria mais possível esperar um ataque para depois reagir, como determina a Carta das Nações Unidas. Com base nesta visão, publicou a sua *National Security Strategy* (NSS) em 17 de setembro de 2002, na qual procurou legitimar ataques primitivos (sem ameaça iminente). A possibilidade de realizar ações deste tipo foi direcionada a todos os governos que pudessem ser percebidos como tentando desenvolver capacidade militar que pudesse vir a ameaçar os Estados Unidos, ou então, que fossem suspeitos de dar abrigo a qualquer grupo terrorista (U.S. GOVERNMENT, 2002). Com base nestas justificativas que o ataque contra Saddam Hussein foi desferido em 19 de março de 2003 denominada *Operation Iraqi Freedom*, e vinte e um dias depois, o exército iraquiano já havia sido derrotado.

Esta vitória gerou muitas discussões acerca da capacidade militar americana, principalmente pela diferença de efetivos aplicados. Na primeira guerra do golfo em 1991, as forças americanas contavam com aproximadamente 697 mil soldados (mais 260 mil de outros países), contra o exército iraquiano, com aproximadamente 650 mil soldados. Já em 2003, as tropas americanas contavam com aproximadamente 148 mil soldados (mais 117 mil de outros países), contra 425 mil do exército iraquiano (WINDLE, 2003). Foi justamente a diminuição acentuada das tropas americanas que chamou a atenção do mundo, demonstrando o avanço que elas tiveram sobre o controle do espaço de batalha nas duas últimas décadas, mesmo levando-se em consideração que foi sobre um oponente já desgastado por embargos econômicos e militares.

Contudo, este pode ser considerado o ápice da capacidade de intervenções ocidentais. Diferentemente do que o governo Bill Clinton conseguiu ao longo da década de 1990, um amplo apoio diplomático do ocidente para suas intervenções, a guerra do Iraque de 2003 desfez a unidade da aliança ocidental, o que Michael Mandelbaum (2010) chamou de "efeito cinto de segurança", ou seja, a percepção por parte do governo norte-americano de que detinha poder econômico e militar suficientes para agir sozinho, levando-o a um erro de cálculo. Com a negativa da França, Bélgica e Alemanha, mas com apoio de Reino Unido, Espanha, Holanda e de vários países do leste europeu, ficou caracterizado o primeiro grande racha na aliança ocidental, o afastamento diplomático da União Europeia dos Estados Unidos, e todo o debate acerca da legitimidade da ação. O auge do unilateralismo americano também marcou o início da sua incapacidade de intervir simultaneamente em diferentes regiões como a estratégia militar americana previa desde o governo Clinton.

A ascensão do resto

A década de 2000 ficou marcada pela ocupação americana do Iraque e uma crescente descentralização do poder mundial. A deposição de Saddam Hussein levou tanto a diplomacia quanto as forças armadas americanas a se concentrarem neste conflito, principalmente pela oposição e pela crítica de vários governos nos fóruns multilaterais, quanto por parte de grupos armados iraquianos e terroristas ligados à Al Qaeda. Neste mesmo período, houve grandes transformações econômicas e políticas com o acelerado crescimento da economia global como um todo, mas especialmente dos países em desenvolvimento. Isto é o que Fareed Zakaria (2008) chamou de mundo pós americano com a terceira grande transformação (primeira e segunda foram a ascensão do ocidente e dos EUA), a ascensão de outras grandes potências econômicas não ocidentais, principalmente na Ásia, sendo a China o grande motor deste crescimento. Não à toa que Paragan Khana (2008) chama a atenção para novas interrelações geopolíticas que estariam sendo construídas no que ele chamou de "segundo mundo", e que este momento econômico e político internacional favorecia o surgimento ou o reforço de lideranças nacionalistas.

O governo de Vladimir Putin na Rússia é um dos que mais muda de postura na sua relação com os Estados Unidos. Ele foi um parceiro de primeira hora no ataque ao Talebã no Afeganistão (HILL, 2002) com a abertura de seu espaço aéreo e ajuda para o estabelecimento de uma base americana no Quirguistão para uma rota de suprimento alternativo ao Paquistão tão instável (REUTERS, 2013). Contudo, após a invasão do Iraque, a postura mudou radicalmente. Esta transformação veio acompanhada com o anúncio de reforma em toda as forças armadas russas há muito planejada, mas não implementada, transformando sua estrutura militar convencional em uma grande potência regional sem ambições globais. Mas, apesar desta redução, a proposta prevê certo profissionalismo das tropas, capacidade de transporte e logística para rápido deslocamento, com exército sendo organizado em sistema de brigadas (RIANOVOSTI, 2012a). A única exceção de capacidade global é a modernização das suas forças estratégicas de foguetes, com o desenvolvimento de um novo míssil intercontinental que poderia ter a capacidade de penetrar qualquer sistema antimíssil, chamado de RT-2UTTKh Topol-M, ou SS-27 para a OTAN (ASSOCIATED PRESS, 2008). Mais recentemente, o governo de Moscou colocou em serviço 38 ICBMs (mísseis balísticos intercontinentais, em inglês), lançou uma nova classe de submarino lançador de mísseis intercontinentais, a classe *Bulava*, as forças terrestres receberam

uma grande quantidade de mísseis *Iskander* com capacidade nuclear, a força aérea recebeu aproximadamente 250 aviões e helicópteros com previsão de mais 200, e o exército já apresentou um novo tanque principal de batalha, o T-14 *Armata*.

Todas essas aquisições estão em linha com a nova doutrina militar russa publicada em dezembro de 2014. Após a crise da anexação da região de Crimeia e a guerra civil que se instalou na Ucrânia, esse documento revela a visão russa de uma nova realidade militar no seu entorno regional, expondo explicitamente a necessidade de uma postura mais agressiva diante da OTAN, reforçando presença no Ártico e a cooperação com Índia e China (ADAMOSWIKI, 2015). Contudo, essa postura corre sério risco de não se concretizar, uma vez que a perspectiva era de um aumento do orçamento militar crescendo de US\$ 61 bilhões em 2012 para US\$ 97 bilhões em 2015 (RIANOVOSTI, 2012a), com a série de sanções econômicas impostas pelo ocidente após a anexação da Crimeia, assim como pela queda do preço do barril do petróleo, levando a economia russa a contrair entre 2,5% a 3,0% em 2015 (JOHNSON, 2015). Esta nova realidade econômica põe em cheque os planos de reequipamento militar do presidente Putin, uma vez que o elevado déficit fiscal, a alta da inflação, a desvalorização do rublo e a queda das reservas internacionais fazem com que a manutenção dos gastos militares ao redor de 9% do PIB seja questionada cada vez mais (GURIEV, 2015). Além das medidas militares, o governo russo passou a tomar diversas medidas contrárias aos interesses americanos no campo diplomático.

O maior exemplo desta mudança de postura frente aos EUA foi em relação ao Irã. Neste país tão importante do ponto de vista do petróleo e da região do Golfo Pérsico, foi eleito em 2005 como presidente, Mahmoud Ahmadinejad. Ele teve como base de sua campanha e posteriormente de governo, uma postura antiamericana radical assim como contra Israel também. Para completar este quadro, ele passou a defender que seu país passasse a deter conhecimento tecnológico completo do ciclo de enriquecimento do urânio, inclusive, com a compra de um reator nuclear russo. A concretização deste programa foi a entrega da usina Bushehr I em 12 de setembro de 2012 após vários atrasos por parte da empresa russa Atomenergoprom responsável pela sua construção (RIANOVOSTI, 2012b). Em termos de capacidade militar, o Irã não é uma grande potência, principalmente que seus gastos em orçamento de defesa, mesmo após anúncio de aumento de 127%, chegaram a aproximadamente US\$ 12 bilhões (FRANCESS-PRESS, 2012). Contudo, a estrutura da sua Guarda Revolucionária é a que mais afeta os interesses americanos no Oriente Médio, uma vez que desde sua criação pelo Aiatolá Khomeini, ela tem

dois papéis, proteger o Regime de um golpe militar como o de 1953 e ser um braço paramilitar no exterior dando apoio a grupos revolucionários islâmicos que se alinharam com o Irã (BRUNO, BAJORIA; MASTERS, 2013). Sua estrutura militar é praticamente igual à das forças armadas iranianas, com forças terrestres, navais e aéreas contendo aproximadamente 125 mil soldados sendo a principal força de proteção aos interesses iranianos no Golfo, além de controlar a milícia *Basij*, que tem ao redor de 90 mil membros, que, apesar de atuar internamente, pode ser utilizada em operações clandestinas em todo o Oriente Médio há alguns anos (ABRAHAMIAN, 2008).

Contudo, não são essas forças que mais preocupavam os Estados Unidos. Desde 2003 quando a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) declarou que o Irã não estava cumprindo com todas as suas obrigações como membro do Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP) (IAEA, 2003), o assunto tornou-se o centro das atenções regionais e globais. O tema é tão central que várias Resoluções foram aprovadas pelo Conselho de Segurança contra o Irã, sendo elas: a 1696 de 31 de julho de 2006, a 1737 de 23 de dezembro de 2006, a 1747 de 24 de março de 2007, a 1803 de 3 de março de 2008, a 1835 de 27 de setembro de 2008, a 1929 de 9 de junho de 2010, a 1984 de 9 de junho de 2011, e a 2049 de 7 de junho de 2012. Portanto, havia sérias dúvidas acerca da alegação iraniana sobre as intenções pacíficas e não militares das suas atividades nucleares. Por isto que o governo israelense passou a ameaçar a realização de um ataque preventivo contra as instalações de enriquecimento iranianas, notícia que começou a circular já em 2003 (DUNN, 2003), até que, a partir de 2005, esta opção passou a ser declarada oficialmente (NEWSTRUST, 2005). No mesmo ano, já começaram a circular notícias de que o governo W. Bush examinava a possibilidade de um ataque ao Irã (HERSH, 2005), até que apareceu em discurso do então presidente perante o Congresso americano, começando a construir o apoio político necessário para tal ação militar no início de 2007 (ENGELHARDT, 2007). Planos para esta ação militar foram sendo desenvolvidos ao longo deste ano a tal ponto que levaram o então Chefe do Estado Maior Conjunto dos EUA, almirante William Fallon, a renunciar por ser contrário a qualquer ataque ao Irã (REID, 2008). E mais recentemente, já na gestão Barack Obama, o então Secretário de Defesa Leon Penetta afirmou diretamente, em agosto de 2012, que a opção militar seria possível para impedir o avanço do programa nuclear iraniano. (BUMILLER e RUDORN, 2012).

Outro país que passou a ter uma postura mais ofensiva contra os Estados Unidos a partir do governo W. Bush foi a República Popular da China (RPC). Logo no início de seu

mandato, o republicano denominava a China como um rival estratégico, sem defini-la se esta seria uma inimiga ou não. As relações pioraram após um caça chinês se chocar com um avião de inteligências de sinais da marinha americana no dia primeiro de abril de 2001, resultando na queda do avião e morte do piloto chinês, e o pouso de emergência da aeronave norte-americana na base chinesa na ilha de Hainan. (BROOKS, 2002)

Apesar da seriedade desta crise, ela não foi tão importante para Pequim quanto a crise do Estreito de Taiwan de 1996, já que esta foi fundamental para o posicionamento chinês em termos de sua inserção internacional tanto do ponto de vista diplomático quanto militar. Desde aquela crise, os gastos militares chineses tiveram aumento real anualmente, e, a partir de 2001, passaram a ser acima de 10%. Se os orçamentos forem comparados pela taxa de câmbio oficial, o orçamento militar chinês em 2012 chegou a U\$ 106,4 bilhões (BLOOMBERG, 2012) e chegando a 2015 a U\$ 145 bilhões (BITZINGER, 2015), tendo como objetivo central negar o uso do mar perto do seu litoral por parte da marinha americana. Mas, a fim de contrabalançar este objetivo e não alarmar seus vizinhos, a liderança do Partido Comunista Chinês lançou em 2005 sua Política Externa denominada de "ascensão pacífica e harmoniosa", que previa beneficiar os países em seu entorno com o grande crescimento econômico, e que buscava, numa visão mais ampla, um "mundo harmonioso" (PINTO, 2011). Este equilíbrio entre ascensão militar de primeira linha e a manutenção das relações pacíficas com os vizinhos tem sido cada vez mais difícil, ainda mais que as perspectivas são de que até 2025 os gastos chineses cheguem perto de U\$ 238 bilhões, o que o transformaria no equivalente a todos os outros orçamentos militares juntos das principais potências asiáticas, segundo a Jane's Defense Forecasts (GOPALAKRISHNAN, 2012).

Os impactos econômicos

Os impactos econômicos pós 2008 começaram a ser sentidos somente a partir de 2010, uma vez que os governos, de uma forma geral, inicialmente conseguiram manter os seus orçamentos militares relativamente intactos via aumento de endividamento, mas, a partir de então, os cortes vêm seguindo um mesmo padrão. Pela primeira vez desde 1998, os gastos militares do chamado mundo desenvolvido (Estados Unidos, Canadá, Europa Ocidental e Central, Austrália e Japão) diminuiu, mas, em compensação, houve aumento como na Ásia, leste

da Europa, Oriente Médio, Norte da África e América Latina. Este poderia ser o início de uma mudança no equilíbrio militar mundial dos países ocidentais desenvolvidos para os países em desenvolvimento, como afirmou Dr. Sam Perlo-Freeman (2013), diretor do Programa de Gastos Militares e Produção de Armas do *Stockholm International Peace Research Institute* (SIPRI).

Ainda segundo Perlo-Freeman (2013), os maiores cortes de gastos na Europa se deram pelo fato de que 20 dos 37 países da região aplicaram cortes orçamentários militares de mais de 10% a partir de 2010. Mas, mesmo assim, há grandes diferenças, com o Reino Unido diminuindo aproximadamente 5,2% e França com 3,8%, enquanto que a Alemanha teve um leve aumento de 2,6%.

Quanto aos Estados Unidos, eles foram a origem e são um dos países que mais sofre com os impactos econômicos da crise que estourou em 15 de setembro de 2008. Este fator foi determinante para a eleição do candidato democrata Barack Hussein Obama, que teve que administrar um déficit orçamentário de aproximadamente US\$ 1,3 trilhão ao ano. Esta realidade econômica passou a ser o maior problema para o governo americano em termos de segurança.

De uma forma geral, as políticas relacionadas à área de Segurança e Defesa do governo Obama seguiram uma lógica de mudanças e continuidades. Estas políticas andam *pari passu* com as diretrizes de política externa desta administração, que pode ser chamada de Pragmatismo Progressivo (INDYK1 2012, LIBERTHAL2 2012, O'HANLON3, 2012), ou seja, diante de uma crise econômica sem paralelo desde os anos 1930, que afetou profundamente não só a sociedade americana, mas a capacidade de funcionamento do governo diante da gigantesca queda de arrecadação, houve a necessidade de readequação dos objetivos a serem alcançados. Estas mudanças foram necessárias diante de um quadro global que mudou rapidamente logo no início do seu primeiro mandato, como, por exemplo, a severa crise da Zona do Euro, que afeta profundamente a tradicional aliança atlântica; a tentativa de coordenação política de algumas potências em ascensão que formaram o BRICS (acrônimo das iniciais em inglês de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), ganhando influência na diplomacia e economia globais; o governo norte coreano mais assertivo em seu programa nuclear; os levantes populares que ficaram conhecidos como "Primavera Árabe", que derrubaram aliados tradicionais, com Hosni Mubarak do Egito, ou novos aliados como Muamar Kadafi da Líbia e jogando a Síria em guerra civil contrapondo Irã e Arábia Saudita como aliados do governo e da oposição respectivamente;

crescimento de novos grupos terroristas desestabilizando outros países, como no Iêmen e no Mali; e o vazamento de informações sobre a espionagem eletrônica da *National Security Agency* (NSA) sobre governos aliados ou amigos. Por isto, a política de defesa de Obama manteve algumas linhas e mudou outras.

Em termos militares, o governo democrata que chegou ao poder em 2009 passou a se distanciar oficialmente da política de Guerra ao Terror de seu antecessor republicano, mas não totalmente de alguns princípios. Desde o início a administração, Obama defendeu o investimento em forças armadas fortes, ágeis, bem-treinadas e equipadas, para que possam vencer as guerras de interesses nacionais, assim como deveriam ser aptas a prevalecer nas operações militares em andamento e missões futuras em que possam vir a ser engajadas, enquanto desenvolvem capacidades que possam deter potenciais adversários e prover vantagem contra outros riscos e contingências (U.S. Government, 2010a).

Foi seguindo esta linha que a administração Obama publicou sua *National Security Strategy* (NSS) em 2010 (U.S. Government, 2010b). Em linhas gerais, há uma ruptura com a NSS que o governo W. Bush seguia, que pregava o unilateralismo se necessário para a defesa dos interesses norte-americanos no mundo globalizado principalmente contra grupos terroristas e governos hostis. Na sua Estratégia de Segurança Nacional o governo Obama passou a defender que a liderança americana continuava estreitamente identificada com a força militar, mas apontando que sua concepção de segurança nacional era muito mais ampla, e que os interesses nacionais americanos inexoravelmente interconectados são: segurança, prosperidade, valores e ordem internacional. E, para tanto, o governo buscava o engajamento internacional e a colaboração como primeiras opções, ou seja, a busca pelo multilateralismo.

Ainda na linha de diferenciar seu governo do anterior, principalmente da Guerra ao Terror, o presidente Obama proferiu, em quatro de junho de 2009, um discurso na Universidade do Cairo ao qual chamou de "Um novo começo". Procurando distanciar-se da expressão usada pelo seu antecessor, disse que procurava uma forma para que os Estados Unidos e o mundo muçulmano pudessem se entender e conviver em paz, longe de extremistas, dos dois lados. Além disso, afirmou que iniciaria a retirada de tropas de combate americanas do Iraque no mês seguinte, e que estas estariam totalmente fora do país no ano de 2012 (ZELENY 2009; COWELL, 2009), o que de fato ocorreu um pouco antes do esperado, em 18 de dezembro de

2011, quando o último comboio de soldados deixou o país (LOGAN, 2011). Contudo, a presença americana no Afeganistão continuou.

Esta guerra foi o que Obama chamou de guerra sem opção, em oposição à do Iraque, uma vez que foi de lá que os ataques de 11 de setembro de 2001 foram planejados. Logo em janeiro de 2009, o presidente Obama manteve o plano deixado pelo governo antecessor de enviar mais três mil soldados para auxiliar os 30 mil que lá já estavam a fim de dar mais estabilidade ao país. Um mês depois, o presidente ordenou o envio de mais 17 mil soldados, perfazendo, no total, um aumento de 50% nas tropas americanas operando em território afegão (ASSOCIATED PRESS, 2009). Esta movimentação foi em decorrência da deterioração da situação interna do país, e foi o início da elaboração de uma estratégia para a redução gradual das forças até a retirada dos americanos que era prevista para o fim de 2014 (AGENCE FRANCE PRESS, 2010). Depois da retirada das forças combatentes, o contingente ficou ao redor de 9.800 de soldados em março de 2015, com o presidente Obama anunciando que a nova data para o fechamento das bases americanas e retirada desses homens para o final de 2016. (JAFFRE; NAKAMURA, 2015)

A preocupação com a percepção do mundo muçulmano em relação aos Estados Unidos e os gastos militares ficou mais evidente quando a chamada "Primavera Árabe" chegou à Líbia. A postura do presidente Obama de tentar não fazer outra intervenção em mais um país muçulmano e árabe ficou claro, uma vez que, mesmo com a Resolução 1973 do Conselho de Segurança das Nações Unidas autorizando o uso de todos os meios necessários para a proteção de civis líbios contra o seu próprio governo (UNITED NATIONS, 2011), levando à implementação de uma Zona de Exclusão Aérea sobre o país, as forças aéreas americana não foi a mais ativa em todo o processo, deixando o protagonismo para os caças britânicos e franceses, contribuindo com o ataque inicial por meio de mísseis de cruzeiro Tomahawk (BBC, 2011).

Contudo, esta intervenção chamou a atenção para uma realidade que o governo Obama começou a ter que lidar: o aspecto fiscal. Alguns dias após o início da operação militar, e mesmo sem atuar mais ativamente, surgiram questionamentos sobre a participação americana em mais um conflito, principalmente por parte de alguns congressistas republicanos. O ponto central da crítica era que a economia americana ainda não havia se recuperado da recessão, o desemprego estava acima de 9%, o déficit orçamentário previsto para aquele ano fiscal estava ao

redor de U\$ 1,65 trilhão, o que fazia com que esta mobilização militar afetasse todo o quadro econômico federal. O exemplo usado foi de que cada míssil Tomahawk disparado custava U\$ 1 milhão, perfazendo o total, só na primeira noite de combate, de um gasto acima de U\$ 112 milhões com 112 mísseis disparados, sem contar o restante da intervenção, o que levaria o Congresso a ter que aprovar novas apropriações de gastos extras para financiar mais esta guerra (BOHAN, 2011). Esta foi a primeira vez em muitas décadas que os gastos com uma ação militar foram levantados para questionar tal ação, indicando que a realidade econômico-orçamentária começava a afetar o governo americano.

A iniciativa de se afastar cada vez mais das políticas da administração W. Bush começou a surgir a partir do final de 2011. Não somente o governo Obama se preocupava em mudar a imagem americana, como os seus objetivos e a grande estratégia, o que começou a tomar forma com o artigo que a então Secretária de Estado Hillary Clinton (2011) publicou na *Foreign Policy* intitulado *America's Pacific Century*. No texto, a Secretária defendeu a necessidade de mudança de prioridade americana do Oriente Médio para a região da Ásia-Pacífico, o que ela considerou um pivô para os interesses futuros americanos, e não do passado. Para tanto, ela afirmou que nos próximos dez anos o governo norte-americano necessitaria realocar recursos diplomáticos, econômicos e estratégicos para a região, a fim de manter a estabilidade e a prosperidade alcançadas nos últimos anos, e, lógico, seus próprios interesses.

Esta virada estratégica não foi direcionada a nenhum país em específico oficialmente, mas o entendimento geral é de que foi idealizado para conter o avanço da influência da China na região (MANYIN, 2012). Para tanto, a estratégia militar americana para a área que vai do Oceano Índico até o Estreito de Bering precisaria ser redesenhada, uma vez que já se admitia a necessidade de maior presença de forças no Sudeste Asiático, com a alocação ou rotação de tropas e equipamentos militares em Cingapura e Austrália, e, por isto mesmo, o grande enfoque seria de forças navais e aéreas.

A readequação da estrutura militar norte-americana teve início em janeiro de 2012, quando foi publicado o documento *Strategic Defence Guidance (DSG)* com o nome *Sustaining U.S. Leadership: priorities for the 21st century defense*. Os principais objetivos estabelecidos foram: a) uma mudança no foco geral de ganhar as guerras de hoje para preparar-se para futuros desafios; b) uma mudança nas prioridades geográficas para a região da Ásia-Pacífico, mantendo

uma ênfase no Oriente Médio; c) uma mudança no equilíbrio de missões em direção a mais ênfase em projeção de poder em áreas nas quais o acesso dos EUA e sua liberdade de operação estão sendo desafiados por meios assimétricos ("*anti-access*") e menor ênfase em operações de estabilização, enquanto retêm uma força capaz de atuar em todo o espectro militar; d) uma correspondente mudança na estrutura de força, incluindo reduções no Exército e Fuzileiros Navais, em direção a uma força menor, mais ágil, incluindo a capacidade de mobilizar rapidamente, e; e) uma mudança correspondente em direção a capacidades avançadas, incluindo Forças de Operações Especiais, novas tecnologias, como Inteligência, Vigilância e Reconhecimento (ISR, em inglês) e sistemas não tripulados, e capacidade no ciberespaço. (U.S. GOVERNMENT, 2012)

A capacidade de readequação da estrutura militar americana está sendo colocada em cheque com o processo denominado de *sequestration*. Desde a crise de 2008, o governo americano vem acumulando déficits orçamentários acima de U\$ 1 trilhão ao ano, levando Democratas e Republicanos ao embate de como resolver o problema. A fim de tentar forçar um acordo na negociação sobre o limite máximo da dívida do governo federal em 2011, os dois partidos chegaram a um acordo conhecido como *Budget Control Act of 2011*, assinado em 02 de agosto daquele ano, e que previa cortes orçamentários de U\$ 21 bilhões já para o ano seguinte (MASCARO1, HENNESSEY2, 2011). Além disto, foi criado o *Joint Select Committee on Deficit Reduction* como responsável para conseguir fazer os cortes de gastos necessários a fim de equilibrar novamente o orçamento no longo prazo, o que significaria fazer um ajuste de U\$ 1,5 trilhão em dez anos (NAZWORTH, 2011). Como não houve acordo ao longo de 2012 em como conseguir este ajuste, entrou em prática um corte automático de gastos não obrigatórios, sendo que o de Defesa, por ser o maior desta categoria, sofreu mais agudamente.

Com o *sequestration* a capacidade militar americana ficou ameaçada, como defendeu o então Secretário de Defesa, Chuck Hagel já em 2013, com a diminuição dos recursos ao longo do tempo, a capacidade de ação imediata norte-americana tende a diminuir, uma vez que cada vez menos unidades estarão aptas para pronto emprego, já que não terão treinado, nem terão equipamento à disposição, o que, segundo o Secretário, diminuiria as opções de ações militares para o atual presidente, assim como também para os próximos defenderem os interesses americanos no mundo todo (REAL CLEAR DEFENSE, 2013). O principal problema é que o exército americano não teria mais capacidade para pronto emprego caso surgisse outra crise.

Como esta força está organizada em brigadas, a sua capacidade é mensurada em quantas destas estão aptas a serem colocadas em combate imediatamente, e, de acordo com o então chefe do estado-maior do exército americano, general Ray Odierno (BACON, 2013), havia somente duas unidades prontas e estavam a caminho do Afeganistão, e que estavam qualificadas para missões de treinamento e assessoria, e não de combate. Esta realidade se deve ao fato de que o custo do *sequestration* para esta força está sendo feito em capacidade de pronto uso e modernização, levando a poucas unidades disponíveis para alguma situação inesperada.

Mas o maior problema deste corte é que ele não é seletivo, é geral, fazendo com que muitos programas essenciais sejam afetados, impactando até mesmo na estratégia militar adotada. O principal ponto discutido era de quantos grupos de ataque (antigamente chamados de grupos de batalha) restarão para os Estados Unidos, ou seja, quantos porta-aviões e seus navios de escolta estarão disponíveis ao mesmo tempo. Hoje, este número é de 11 grupos, estabelecido em lei, cada um contendo aproximadamente 70 aeronaves, um cruzador, três ou quatro destróieres e mais um ou dois submarinos, contendo cada um destes grupos, aproximadamente 10 mil pessoas (CAVAS, 2013). Com isto, as forças americanas conseguem manter três destes grupos posicionados constantemente nas regiões do Pacífico, Golfo Pérsico e Mediterrâneo, enquanto quatro passam por um programa de revisão leve, dois fazem descanso após retorno de missão, dois fazem treinamento e um por uma manutenção mais profunda, atualização de equipamentos e recarga de combustível nuclear, que dura entre três e quatro anos. Com isto, em uma crise, as forças americanas podem direcionar rapidamente uma quantidade de aviões muito grande, como foi na guerra do Kuwait em 1991 quando enviaram seis grupos para a região, quatro quando invadiram o Afeganistão em 2001 e seis quando invadiram o Iraque em 2003. Levando-se em conta que cada um dos grupos de ataque pode prover entre 80 a 125 missões aéreas de todos os tipos, como superioridade aérea, ataque, guerra eletrônica ou vigilância de combate, a flexibilidade e capacidade militar que os EUA têm com este número é inigualável. (ERDOSSY, 2012)

Assim, a decisão de diminuir para oito ou nove grupos, como passou a ser aventado frente ao *sequestration*, teria grandes implicações. Isto ocorreria pelo número de navios que poderiam ser rapidamente deslocados em caso de crise, pois haveria a necessidade de se equilibrar o tempo de missão de cada um deles, com tempo de descanso, de reparo e de manutenção, diminuindo justamente a vantagem convencional norte-americana.

Um outro impacto, mas não menos importante, é a percepção de outros governos em relação à crise econômica e orçamentária que os Estados Unidos estão passando. Diante de todo este debate interno à sociedade americana sobre orçamento e, frente ao recuo do presidente Obama em atacar a Síria devido ao uso de armas químicas contra sua própria população, em grande parte por ele não ter o apoio da sociedade para tal (BARBASH, 2013), alguns governos começam a questionar se os Estados Unidos estariam dispostos, a se envolver em outros problemas regionais (AL JAZEERA, 2013), principalmente na Ásia (LEE, 2013). Tal percepção ganhou força após a anexação da Crimeia por parte da Rússia em março de 2014 e a subsequente guerra civil que vive a Ucrânia desde então. Segundo esse raciocínio, se Washington não foi capaz de dissuadir tais ações, o mesmo poderia acontecer na região (ROLLAND, 2015), apesar da visita diplomática do líder norte-americano em 2014 com o intuito de assegurar aos quatro aliados de que o seu engajamento na região continuava forte. (CROWLEY, 2014)

Hoje já se fala abertamente de uma corrida naval na Ásia, com a China, o Japão e a Índia como os principais contendores, tanto que os três países lançaram, no mesmo ano de 2015, seus porta-aviões (o japonês é classificado pelo seu governo como um destróier, mas as características do *Izumo* é de um porta-helicópteros, no mínimo), além de aumentos nos orçamentos militares nos últimos anos. Além deste três grandes atores, outros governos de Estados menores também têm aumentado seus orçamentos militares, e feito a aquisição de vários equipamentos militares modernos, como tanques, caças e, principalmente, submarinos. Nesta categoria, o número de submarinos é crescente em países como Austrália, China, Cingapura, Coreia do Norte, Coreia do Sul, Índia, Indonésia, Japão, Rússia e Taiwan que aumentaram a quantidade já operada, enquanto Malásia e Vietnã lançaram seus primeiros submarinos de uma série, e a Tailândia que encomendou seu primeiro navio da classe (MIZOKAMI, 2013). Contudo, há aqueles que acreditam que, apesar dos orçamentos militares da região terem crescido em média 147% em uma década, tal movimento seja parte de um processo de modernização (CHEONG, 2015).

O governo norte-americano enfrenta outro dilema junto aos seus aliados europeus. Como estes começaram a implementar corte de gastos nos orçamentos militares, a capacidade operacional da OTAN começa a ser posta em cheque. Segundo Perlo-Freeman (2013), os maiores cortes de gastos na Europa se deu devido ao fato de que 20 dos 37 países da região aplicaram cortes orçamentários militares de mais de 10% desde 2010. Mas, mesmo assim, há grandes

diferenças, com o Reino Unido cortando aproximadamente 5,2% e França com 3,8%, enquanto que a Alemanha teve um leve aumento do orçamento militar de 2,6% e em compensação, os pequenos países cortaram mais de 20% e os médios entre 10% e 15%. Mas o principal problema é a redução de aproximadamente 160 mil soldados dispensados, e equipamento militar menos atualizados, o que ameaça seriamente a capacidade operacional da OTAN (MÖLLING, 2012). O exemplo mais recente é em relação à defesa antimísseis, no qual vários países membros não estão fazendo os aportes necessários para estabelecer esta defesa comum contra uma ameaça que cresce com o tempo. Esta realidade já fez o ex-secretário de Defesa Robert Gates alertar seus aliados que os Estados Unidos poderiam perder o "apetite" em apoiar uma aliança na qual seus membros não compartilham os riscos e custos (MENKE, 2013). Esta afirmação veio em grande parte porque os membros da Organização se comprometeram em 2006 a gastar, no mínimo, 2% do PIB na área militar, a fim de manter o equilíbrio do orçamento como na época da Guerra Fria, ou seja, que os Estados Unidos contribuam com 50% dos gastos totais. Contudo, com os cortes orçamentários, esta parcela está acima de 75%, fazendo com que o desequilíbrio de comprometimento financeiro e de material se torne insustentável politicamente (BENITEZ, 2013). Realidade que não mudou tendo em vista que, apesar da crise na Ucrânia e de um certo aumento dos gastos militares, somente quatro dos 28 países membros da OTAN atingiram ou ultrapassaram a meta, sendo eles: Estados Unidos, Grécia, Reino Unido, Estônia e Polônia. (BENDAVID, 2015)

Assim, pode-se dizer que, apesar de os efeitos da crise de 2008 terem afetado economicamente o ocidente, em termos de Segurança Internacional, a realidade pode não ter mudado, ainda mais por dados econômicos recentes. Apesar de a mudança de gastos globais indicados pelo SIPRI ser um importante indicador do que está acontecendo, contudo, o principal ator que ainda mantém a estabilidade nas diferentes regiões do mundo ainda são os Estados Unidos. Assim, acompanhar o desenrolar das discussões sobre o déficit orçamentário americano é fundamental. E, por isto mesmo, o alerta feito por Adam Grissom (2012) é importantíssimo, ou seja, que os objetivos estratégicos americanos terão que se adequar ao tamanho da dívida pública federal americana. Dependendo das escolhas realizadas pela sociedade americana a fim de estabilizar ou reduzir a relação entre dívida e PIB, haverá impactos nos gastos militares. Se o orçamento militar ficar em torno de 2,8% do PIB na próxima década, os EUA poderão manter uma estrutura militar sem comprometer profundamente seus interesses globais. Parece que este

cenário poderá se concretizar, uma vez que, segundo o Fundo Monetário Internacional (2015), no terceiro trimestre estaria se concretizando uma tendência, de um crescimento sustentável das economias desenvolvidas, em especial dos Estados Unidos, e uma desaceleração das economias emergentes, até mesmo da República Popular da China. Pelo menos nos EUA, essa realidade parece estar indo neste sentido, já que a proposta de orçamento de defesa em discussão é de um aumento de U\$ 723 bilhões em 2015 para U\$ 763 bilhões para 2016 (AMADEO, 2015), revertendo a tendência de queda dos últimos três anos.

Conclusão

O ponto de partida deste artigo foi a concepção teórica de Barry Buzan e Ole Wæver, da escola de Copenhague de segurança internacional, de que a estrutura de segurança internacional no início da década de 2000 era "1+4", ou seja, que havia uma única superpotência, os Estados Unidos, e quatro grandes potências, Rússia, RPC, Japão e União Europeia. Vimos que esta estrutura era dominada fundamentalmente pelo ocidente durante a década anterior, tanto pelas suas ações militares como até pela sua falta de ação. A tal ponto que levou o governo George W. Bush a implementar com sucesso a intervenção no Afeganistão em 2002 com o apoio político internacional via Conselho de Segurança, mas sem necessidade de ajuda militar. Mas, levou ao extremo do unilateralismo na intervenção unilateral do ponto de vista político, mas com apoio de cinquenta outros governos, no Iraque em 2003.

Com a crise econômica de 2008, houve à época muita discussão se esta teria a envergadura de enfraquecer da tal forma a economia norte-americana, que este país poderia perder a capacidade de intervenção externa, como levantado por Mandelbaum em 2010. Se isto ocorresse, ou seja, se a estrutura de segurança internacional se transformasse em "0+5", esta realidade poderia ter profundos impactos em termos de segurança em várias regiões do mundo, uma vez que os Estados Unidos são percebidos como ameaça, garantidores, aliados ou interventores em praticamente todas elas.

Vários governos aproveitaram este momento para reforçar suas presenças militares em suas regiões, como a Rússia, o Irã e a República Popular da China, uma vez que, apesar de também sofrerem com a desaceleração econômica em 2008, rapidamente voltaram a crescer. Por outro lado, europeus e norte-americanos sofreram mais com essa crise, levando ao

questionamento se ainda teriam como manter os gastos militares a fim de sustentar as atuais capacidades que os diferenciam do restante.

Diante da nova realidade de atuação militar da Rússia próximo de suas fronteiras, os Estados membros da OTAN concordaram em manter os gastos militares em torno de 2% das suas economias, mais recentemente o Japão passou a fortalecer suas Forças de Auto Defesa. Nos Estados Unidos, apesar do *sequestration*, há um consenso de que se não houver uma redução nos gastos militares abaixo de 2,8% de seu PIB na próxima década, sua capacidade militar não será afetada de forma significativa, ou seja, continuará a ter projeção global e simultânea em todas as regiões do mundo.

Diante de todos esses dados, pode-se dizer que, por enquanto, não houve impactos profundos que levasse a uma análise diferente daquela que Buzan e Waever fizeram no início da década de 2000, ao afirmarem que a estrutura de segurança internacional era "1+4". Ou seja, continua a existir uma única superpotência e quatro grandes potências, a estrutura do sistema internacional não foi modificada apesar da crise econômica de 2008.

Referências

ABRAHAMIAN, Ervand. (2008). **History of Modern Iran**. Cambridge: Cambridge University Press.

ADAMOWSKI, JARLOSLAW. (2015). Russia Overhauls Military Doctrine. Disponível em: <http://www.defensenews.com/story/defense/policy-budget/policy/2015/01/10/russia-military-doctrine-ukraine-putin/21441759/>

AGENCE FRANCE PRESS. (2010). **Af-Pak Policy review: Obama admits Afghan gains not sustainable**. Disponível em: <http://tribune.com.pk/story/91262/af-pak-policy-review-obama-admits-afghan-gains-not-sustainable/>

AL JAZEERA. (2013). **The US Beyond Syria: A reluctant empire?** Disponível em: <http://www.aljazeera.com/programmes/empire/beyond-syria/2013/09/us-beyond-syria-a-reluctant-empire-2013926114837217793.html>

AMADEO, Kimberly. (2015). **U.S. Military Budget: Components, Challenges, Growth.** Disponível em: http://useconomy.about.com/od/usfederalbudget/p/military_budget.htm

ASSOCIATED PRES. (2008). **General says Russia will counter U.S. Missile defense plans.** Disponível em: http://usatoday30.usatoday.com/news/world/2008-05-27-us-russia_N.htm

ASSOCIATED PRESS. (2009). **Start of Afghan surge: newest US troops sent do dangerous region near Kabul.** Disponível em: <http://www.nydailynews.com/news/world/start-afghanistan-surge-newest-troops-dangerous-region-kabul-article-1.366013>

BACON, Lance. (2013). **Only Two US Army Brigades Now Combat Ready, Chief Says.** Disponível em: <http://www.defensenews.com/article/20131021/DEFREG02/310210035/Only-Two-US-Army-Brigades-Now-Combat-Ready-Chief-Says>

BARBASH, Fred. (2013). **Analysis: Obama growing isolated on Syria as support wanes.** Disponível em: <http://www.reuters.com/article/2013/09/09/us-usa-syria-crisis-obama-analysis-idUSBRE98800U20130909>

BBC. (2011). **Libya: US, UK and France attack Gadhafi forces.** Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/news/world-africa-12796972>

BENDAVID, Naftali. (2015). **Just Five of 28 NATO Members Meet Defense Spending Goal, Report Says.** Disponível em: <http://www.wsj.com/articles/nato-calls-for-rise-in-defence-spending-by-alliance-members-1434978193>

BENITEZ, Jorge. (2013). **Will the U.S. "Rebalance" Its Contribution to NATO ?** Disponível em: <http://www.defenseone.com/ideas/2013/10/will-us-rebalance-its-contribution-nato/72281/?oref=d-interstitial-continue>

BITZINGER, Richard. (2015). **China's Double-Digit Defense Growth.** Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/china/2015-03-19/chinas-double-digit-defense-growth>

BLOOMBER. (2012). **China Raising 2012 Defense Spending to Cope With Unfriendly "Neighborhood"**. Disponível em: <http://www.bloomberg.com/news/2012-03-04/china-says-defense-spending-will-increase-11-2-to-106-4-billion-in-2012.html>

BOHAN, Caren. (2011). **Air strikes in Libya raise concern in U.S. on cost**. Disponível em: <http://www.reuters.com/article/2011/03/20/us-libya-usa-cost-idUSTRE72J3XA20110320>

BROOKS, Andrew. (2002). **Destination Disaster**. Londres: Ian Allan.

BRUNO, Greg, BAJORIA, Jayshree, MASTERS, Jonathan. (2013). **Iran's Revolutionary Guards**. Disponível em: <http://www.cfr.org/iran/irans-revolutionary-guards/p14324>

BUMILLER, Elisabeth, RUDOREN, Jodi. (2012). **U.S. and Israel Intensify Talks on Iran Options**. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2012/08/02/world/middleeast/in-israel-panetta-warns-iran-on-nuclear-program.html>

BUZZAN, Barry. (1981) **People, State and Fear. An agenda for international security studies in the post-cold war era**. Boulder: Lynne Rienner Publishers.

BUZZAN, Barry, WAEVER. Ole. (2003). **Regions and Power. The structure of international security**. Cambridge: Cambridge University Press.

BUZZAN, Barry, WAEVER, Ole, WILDE, Jaap de. (1998) **Security. A New Framework for Analysis**. Boulder: Lynne Rienner Publishers.

CAVAS, Christopher. (2013). **A US Navy with only 8 Carriers ? The drastic consequences of Hagel's fleet options**. Disponível em: <http://www.defensenews.com/article/20130804/DEFREG02/308040012/>

CHEONG, Chan Hoi. (2015). **Southeast Asia Military Spending Splurge Countries as China Unveils Lowest Hike in Five Years.** Disponível em:

<http://www.establishmentpost.com/southeast-asia-continues-military-spending-splurge-china-unveils-lowest-hike-five-years/>

CLINTON, Hillary Rodam. (2011). **America's Pacific Century.** Disponível em:

http://www.foreignpolicy.com/articles/2011/10/11/americas_pacific_century

CNN. (2006). **U.N.: Sanctions loom, Iran keeps enriching.** Disponível em:

<http://edition.cnn.com/2006/WORLD/meast/08/31/iran.deadline/index.html>

CROWLEY, P.J. (2014). **Obama's presence 'reassures Asia allies'.** Disponível em:

<http://www.bbc.com/news/world-us-canada-27121311>

DUNN, Ross. (2003). **Israel threatens strikes on Iranian nuclear targets.** Disponível em:

<http://www.scotsman.com/news/world/israel-threatens-strikes-on-iranian-nuclear-targets-1-1296289>

ENGELHARDT, Tom. (2007). **Tomgram: Michael Klare, Talking Points for the Next War.**

Disponível em: <http://www.tomdispatch.com/post/169271/>

ERDOSSY, Marty. (2012). **Why Does the United States Only Have Eleven Aircraft**

Carriers? Disponível em: <http://www.forbes.com/sites/quora/2012/07/17/why-does-the-united-states-only-have-eleven-aircraft-carriers/>

FRAANCESS-PRESS (2012). **Iran plans 127 percent Defense Budget Increase.** Disponível

em: <http://www.defensenews.com/article/20120202/DEFREG04/302020003/Iran-Plans-127-Percent-Defense-Budget-Increase>

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. (2015). **Slower Growth in Emerging Markets, a Gradual Pickup in Advanced Economies.** Disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2015/update/02/>

GALLIS, PAUL E. (coord.). (1999). **Kosovo: Lessons Learned from Operation Allied Force.** Disponível em: <https://www.hsdl.org/?view&did=451448>

GOPALAKRISHNAN, Raju. (2012). **Airshow – Fighters, radar, marine patrols top Asia’s military wish-list.** Disponível em: <http://www.reuters.com/article/2012/02/16/asia-defence-idUSL4E8DF2M720120216>

GRISSOM, Adam. The United States. In, O’DONNELL (Ed.). (2012). **The Implications of Military Spending Cuts for NATO’s Largest Members.** Disponível em: <http://www.brookings.edu/~media/research/files/papers/2012/7/military%20spending%20nato%20odonnell/military%20spending%20nato%20odonnell%20pdf>

GURIEV, Sergei. (2015). **Russia’s indefensible military budget.** Disponível em: <http://www.project-syndicate.org/commentary/russia-military-spending-by-sergei-gurieiev-2015-05>

HERS, Seymour M. (2005). **The Coming Wars. What the Pentagon can now do in secret.** Disponível em: http://www.newyorker.com/archive/2005/01/24/050124fa_fact

HILL, Fiona. (2002). **Putin and Bush in Common Cause? Russia’s View of the Terrorist threat After September 11.** Disponível em: <http://www.brookings.edu/research/articles/2002/06/summer-pakistan-hill>

IAEA. (2003). **Implementation of the NPT safeguards agreement in the Islamic Republic of Iran.** Disponível em: <http://www.iaea.org/Publications/Documents/Board/2003/gov2003-40.pdf>

INDYK, Martin, LIBERTHAL, Kenneth and O'HANLON, Michael. (2012). **Scoring Obama's Foreign Policy**. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/2012-04-20/scoring-obamas-foreign-policy>

JAFFE, Greg e NAKAMURA, David. (2015). **Obama agrees to slow U.S. troop withdrawal from Afghanistan**. Disponível em: http://www.washingtonpost.com/politics/obama-agrees-to-slow-us-troop-withdrawal-from-afghanistan/2015/03/24/6acd4834-d247-11e4-a62f-ee745911a4ff_story.html?tid=sm_tw

JOHNSON, Steve. (2015). Russian's recession deepens as economy contracts 4.6%. Disponível em: <http://www.ft.com/intl/cms/s/3/8e640b2e-3f71-11e5-b98b-87c7270955cf.html#axzz3lqzEyEOx>

KHAN, Joseph. (2005). **Chinese General Threatens Use of A-Bombs if U.S. Intrudes**. Disponível em: http://www.nytimes.com/2005/07/15/international/asia/15china.html?_r=0

KHANNA, Parag. (2008). **The Second World. How emerging powers are redefining global competition on the twenty-first century**. London: Penguin Books.

KNIGHTS, Michael. (2005). **Cradle of Conflict: Iraq and the Birth of Modern U.S. Military History**. Anapolis, Maryland: United States Naval Institute.

LEE, Jeong. (2013). **More Than Meets the Eye in Asian Naval Race**. Disponível em: http://www.realcleardefense.com/articles/2013/08/20/more_than_meets_the_eye_in_asian_naval_race_106790.html

LOGAN, Joseph. (2011). **Last U.S. troops leave Iraq, ending war**. Disponível em: <http://www.reuters.com/article/2011/12/18/us-iraq-withdrawal-idUSTRE7BH03320111218>

MANDELBAUM, Michael. (2010). **The Frugal Superpower. America's global leadership in a cash-strapped era**. New York: Public Affairs.

MANYIN, Mark E. (Coord.). (2012). **Pivot to the Pacific? The Obama Administration's "Rebalancing" Toward Asia**. Disponível em: <http://www.fas.org/sgp/crs/natsec/R42448.pdf>

MASCARO, Lisa, HENNESEY, Kathleen. (2011). **U.S. leaders strike debt deal to avoid default**. Disponível em: <http://articles.latimes.com/2011/aug/01/nation/la-na-debt-talks-20110801>

MENKE, Harrison. (2013). **Passing the Buck on Missile Defense**. Disponível em: <http://www.usnews.com/opinion/blogs/world-report/2013/11/12/nato-is-passing-the-buck-to-the-us-on-missile-defense>

MIZOKAMI, Kyle. (2013). **Asia's Submarine Race**. Disponível em: <http://news.usni.org/2013/11/13/asias-submarine-race>

MÖLLING, Christian. (2012). **Trends within the European Union**. Disponível em: <http://www.brookings.edu/~media/research/files/papers/2012/7/military%20spending%20nato%20odonnell/military%20spending%20nato%20odonnell%20pdf>

NAZWORTH, Napp. (2011). **Winners and Losers in the Debt Limit Debate**. Disponível em: <http://www.christianpost.com/news/winners-and-losers-in-the-debt-limit-debate-53299/>

NEWSTRUST. (2005). **Israel readies forces for strike on nuclear Iran**. Disponível em: http://www.newstrust.net/survey/stories/samples_dec05/report_degraded.htm

PERLO-FREEMAN, Sam. (2013). **World military spending falls, but China, Russia's spending rises, says SIPRI**. Disponível em: http://www.sipri.org/media/pressreleases/2013/milex_launch

PINTO, Paulo Antônio Pereira. (2011). **China: ascensão pacífica e harmoniosa..** Disponível em: <http://mundorama.net/2011/03/09/china-ascensao-pacifica-e-harmoniosa-por-paulo-antonio-pereira-pinto/>

PHINNEY, Tood R. (2007). **Airpower versus Terrorism. Three Case Studies**. Disponível em: <http://www.dtic.mil/cgi-bin/GetTRDoc?AD=ADA470486>

REAL CLEAR DEFENSE. (2013). **Hagel: Tiered Readiness May be Inevitable**. Disponível em: http://www.realcleardefense.com/video/2013/11/06/hagel_tiered_readiness_may_be_inevitable.html

REID, Tim. (2008). **Admiral William Fallon quits over Iran policy**. Disponível em: <https://login.thetimes.co.uk/?gotoUrl=http%3A%2F%2Fwww.thetimes.co.uk%2Fto%2Fnews%2Fworld%2Famericas%2F>

REUTERS. (2013). **Russian Ally Kyrgyzstan Sets US Air Base Closure Deadline**. Disponível em: <http://www.voanews.com/content/russian-ally-kyrgyzstan-sets-us-airbase-closure-date/1686063.html>

RIANOVOSTI. (2012a). **Moscow to boost Defense Spending 59% by 2015**. Disponível em: http://en.ria.ru/military_news/20121017/176690593.html

RIANOVOSTI. (2012b). **Iran launches Bushehr nuclear Power Plant**. Disponível em: <http://en.ria.ru/world/20110912/166785925.html>

ROLLAND, Nadaège. (2015). **What Ukraine Crisis Means for Asia**. Disponível em: <http://thediplomat.com/2015/01/what-the-ukraine-crisis-means-for-asia/>

TANGREDI, Sam J. (2002). **Assessing New Missions**. In BINNENDIJK, Hans (ed). *Transforming America's Military*. Washington, DC: National Defense University, pp 3-30.

UNITED NATIONS. *Security Council authorizes "all necessary measures" to protect civilians in Libya*. New York: United Nations News Center, 2011. Disponível em: <http://www.un.org/apps/news/story.asp?NewsID=37808&Cr=libya&Cr1=#.UoN216UTFGY>

UNITED NATIONS. (1998). **OAU sets inquiry into Rwanda genocide**. Disponível em: <http://www.un.org/en/africarenewal/subjindx/121rwan.htm>

U.S. GOVERNMENT. (2002). **Defense**. Disponível em: <http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/nsc/nss/2002/>

U.S. GOVERNMENT. (2010a). **Defense**. Disponível em: <http://www.whitehouse.gov/issues/defense>

U.S. GOVERNMENT. (2010b). **National Security Strategy**. Disponível em: http://www.whitehouse.gov/sites/default/files/rss_viewer/national_security_strategy.pdf

U.S. GOVERNMENT. (2012). **Sustaining U.S. Global Leadership: Priorities for the 21st Century Defense**. Disponível em: http://www.defense.gov/news/defense_strategic_guidance.pdf

WINDLE, David. (2003). **Military muscle**. Disponível em: <http://www.newscientist.com/article/dn3325#.UozyA6UTFGY>

ZAKARIA, Fareed. (2008). *O Mundo Pós-Americano*. São Paulo: Companhia das Letras.

ZELENY, Jeff, COWELL, Alan. (2009). **Addressing Muslims, Obama Pushes Mideast Peace**. Disponível em: http://www.nytimes.com/2009/06/05/world/middleeast/05prexy.html?_r=2&hp&

The impact of the 2008 crisis in the international security structure

Abstract

The article takes as its starting point the theoretical view of the Copenhagen School of security studies if the security structure of the International System be formed by superpowers and great powers. This structure was dominated by the West during the 1990s, and with the 2008 crisis, rose the possibility of change in it, which can not be confirmed so far.

Keywords: International Security. Copenhagen School. United States. 2008 crisis. Military budget.